

# BJIR

Brazilian Journal of  
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 9 | edição nº 3 | 2020

*Poder material e poder imaterial da  
Arábia Saudita: o posicionamento  
do Reino no Oriente Médio*

Gabriela Santos da Silva; Rafael Lemos  
da Silva

 Igepri  
Instituto de Gestão Pública e  
Relações Internacionais

 unesp  
Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),  
EBSCO Publishing e Latindex

## PODER MATERIAL E PODER IMATERIAL DA ARÁBIA SAUDITA: o posicionamento do Reino no Oriente Médio

*Gabriela Santos da Silva<sup>1</sup>; Rafael Lemos da Silva<sup>2</sup>*

---

**Resumo:** Este artigo trabalha com a centralidade do conceito de poder, um conceito extremamente complexo e de diversas interpretações. Ao estabelecer como objetivo central a análise das bases do poder da Arábia Saudita, as quais propiciam ao país status de relevância no Oriente Médio, faz-se necessário lidar com o conceito de poder em sua completude, dando abertura ao diálogo entre duas abordagens teóricas que se adaptam a esta divisão dicotômica de poder: realismo e liberalismo. Assim, as perguntas interrelacionadas que norteiam a pesquisa são: como se organizam os poderes material e imaterial da Arábia Saudita, propiciando um posicionamento de relevância na região? Há sobressalência de algum destes poderes no reino saudita? Para responder às perguntas, a metodologia inclui a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental de fontes estatísticas, para alcançar o objetivo traçado no estudo de caso da Arábia Saudita. Em termos materiais, operacionaliza-se a análise por meio da população absoluta, do Produto Interno Bruto (PIB), dos gastos militares e do tamanho das forças armadas como variáveis palpáveis e mensuráveis. Já por poder imaterial, refere-se a variáveis mais subjetivas, operacionalizadas por meio da avaliação da legitimidade e credibilidade do governo. A utilização de ambas as facetas do poder, como suporte uma para a outra, propiciou à Arábia Saudita o status de potência na região. Nesse sentido, percebe-se que não há sobressalência de nenhuma forma de poder; a soma e a complementariedade de ambas é fundamental para o seu posicionamento no Oriente Médio.

**Palavras-chaves:** Arábia Saudita; poder material; poder imaterial, posicionamento.

### SAUDI ARABIA'S MATERIAL POWER AND IMMATERIAL POWER: the Kingdom's positioning in the Middle East

**Abstract:** This paper deals with the centrality of the concept of power, an extremely complex concept and of various interpretations. By establishing as a central objective the analysis of Saudi Arabia's power bases, which provide the country with a relevant status in the Middle East, it is necessary to deal with the concept of power in its entirety, opening up the dialogue between two theoretical approaches that adapt to this dichotomous division of power: realism and liberalism. Thus, the interrelated questions that guide the research are: how are the material and immaterial powers of Saudi Arabia organized, providing a position of relevance in the region? Is any of these powers predominant in the Saudi kingdom? To answer the questions, the methodology includes bibliographic research and documentary research of

---

<sup>1</sup> Doutoranda e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS. Bacharel em Relações Internacionais pela UFSC. E-mail: [gabrielasdasilva.93@gmail.com](mailto:gabrielasdasilva.93@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais UFRGS. Bacharel em Relações Internacionais pela UFSM. E-mail: [rafa.lemos.silva@gmail.com](mailto:rafa.lemos.silva@gmail.com)

statistical sources, to achieve the objective outlined in the Saudi Arabia case study. In material terms, the analysis is made operational through the absolute population, the Gross Domestic Product (GDP), military expenditures and the size of the armed forces as palpable and measurable variables. As for immaterial power, it refers to more subjective variables, operationalized through the assessment of the government's legitimacy and credibility. The use of both facets of power, as support for each other, gave Saudi Arabia the status of a power in the region. In this sense, it is clear that there is no preponderance of any form of power; the sum and complementarity of both is fundamental to its position in the Middle East.

**Key-words:** Saudi Arabia; material power; immaterial power, positionality.

---

## I. Introdução

As crescentes movimentações e mudanças no Sistema Internacional – como as recentes tensões entre Estados Unidos da América (EUA) e Irã; a ascensão de movimentos desejosos do estabelecimento de califados (como o Estado Islâmico); a vitória de partidos de direita em diversos países do globo, priorizando o individualismo – trazem à tona nas Relações Internacionais discussões sobre um conceito que se faz protagonista em todas essas transformações no sistema: o conceito de poder.

*A priori*, o conceito de poder faz emergir a ideia de capacidade de um ator em exercer comando sobre outro, de maneira coercitiva ou através da cooperação. Tal ideia, porém, carrega significados e definições muito mais amplos e complexos, sendo necessário atentar-se para as diversas caracterizações que ela envolve – impulsionando, por consequência, a consideração de diferentes abordagens teóricas que discutem esse termo.

Nesse sentido, trabalha-se com a centralidade do conceito de poder ao estabelecer como objetivo central a análise das bases do poder da Arábia Saudita, as quais propiciam ao país *status* de relevância no Oriente Médio<sup>3</sup>. Por conta da complexidade que este conceito envolve, o diálogo entre diferentes perspectivas e abordagens teóricas faz-se necessário, uma vez que permite não somente investigar as diversas formas de definir e qualificar poder, mas também adequar aquelas definições que se mostram pertinentes para o objeto central do estudo: o estudo

---

<sup>3</sup> Por Oriente Médio, referimo-nos à classificação utilizada por Buzan e Weaver (2003, p. 191), que diz respeito aos países do Magrebe (constituído pela Argélia, Líbia, Marrocos, Saara Ocidental e Tunísia), do Levante (Egito, Israel, Jordânia, Líbano e Síria) e do Golfo Pérsico (composto por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Kuwait e Omã). Exclui-se dessa visão a Turquia.

da capacidade da Arábia Saudita em se manter em um contexto de relevância perante seus pares – mesmo com a grande concorrência regional de países como o Irã, por exemplo<sup>4</sup>.

A escolha da Arábia Saudita se dá por ser um dos principais produtores e exportadores de petróleo em âmbito regional e global (ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP), 2019a) O reino possui em seu território as cidades sagradas do Islã, Meca e Medina. Ademais, os sauditas possuem participação ativa em organizações internacionais como a Liga Árabe e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Esses são alguns dos fatores que evidenciam a centralidade da Arábia Saudita na região e a necessidade de integrar à literatura uma investigação que auxilie no entendimento do impacto das diferentes fontes de poder deste país no seu posicionamento na região.

De forma a viabilizar o estudo da capacidade saudita, decide-se dividir o conceito de poder em duas vertentes: poder material e poder imaterial. Esta divisão é buscada como uma forma de categorizar o conceito de poder, permitindo uma pesquisa mais direcionada e levando a um recorte teórico específico, que considera duas importantes teorias das Relações Internacionais: a teoria realista e a teoria liberal, na abordagem de formas mensuráveis (poder material) e imensuráveis (poder imaterial) de poder. A escolha dessas teorias foi proporcionada por sua centralidade neste campo de estudos, bem como pela clara distinção em suas abordagens sobre o conceito de poder.

Isto posto, as perguntas interrelacionadas que norteiam a pesquisa são: como se organizam os poderes material e imaterial da Arábia Saudita, propiciando um posicionamento de relevância na região? Há sobressalência de algum destes poderes no reino saudita? Defende-se que o reino da Arábia Saudita tem seu poder moldado em termos materiais e imateriais há muitos anos. Em termos materiais, operacionaliza-se, com base em Mearsheimer (2001), a análise por meio da população absoluta, do Produto Interno Bruto (PIB) em preços atuais, dos gastos militares e do tamanho das forças armadas como variáveis palpáveis e mensuráveis, que indicam materialidade e fazem parte deste poder. Já por poder imaterial, refere-se a variáveis mais subjetivas, operacionalizadas por meio da avaliação da legitimidade e credibilidade do

---

<sup>4</sup> Também considerado um país com recursos para se tornar uma potência regional (FÜRTIG, 2014), o Irã, desde a revolução pela qual passou no final da década de 70, apresenta diferenças evidentes com a Arábia Saudita – tanto de cunho religioso, como também em relação aos aliados regionais e internacionais. A revolução iraniana marcou uma quebra de muitos paradigmas e um afastamento entre ambos os países (que anteriormente tinham relações próximas, uma vez que o fator religioso não era central no Irã). Ao longo dos anos, a relação entre os países pode ser considerada como uma de rivalidade, até o ponto de, atualmente, haver confrontos indiretos – principalmente na participação de ambos os países nos diferentes levantamentos populares que tem acontecido na região desde 2011 (AHMADIAN, 2018, p. 133-135)

governo, baseando-se tanto no conceito de *soft power* de Nye (2004) quanto na visão de poder imaterial proposta por Ikenberry e Kupchan (1990). Estas variáveis são selecionadas porque compõem fatores de relevância na influência que um Estado possui internacionalmente. A utilização de ambas as facetas do poder, como suporte uma para a outra, propiciou à Arábia Saudita o *status* de potência na região. Nesse sentido, percebe-se que não há sobressalência de nenhuma forma de poder; a soma e a complementariedade de ambas é fundamental para o seu posicionamento no Oriente Médio.

A divisão nestas duas formas de poder – que são diametralmente opostas – permite uma avaliação minuciosa deste conceito e das capacidades sauditas. Por poder imaterial, relacionado com questões imensuráveis, utilizam-se como categorias de análise a legitimidade e a credibilidade do país. Trata-se de questões históricas, as quais fazem parte da consolidação do reino e tem impactos na atualidade. A legitimidade é caracterizada pela convicção de que as instituições políticas existentes são as mais apropriadas para a sociedade, por isso é analisada por meio de fatores tradicionais e religiosos, uma vez que a família real Al-Saud, historicamente, mantém controle de diferentes territórios da atual Arábia Saudita há cerca de trezentos anos, incluindo as cidades sagradas do Islã (FAKSH, 1997, p. 89). A credibilidade está relacionada à manutenção de compromissos diplomáticos pelo país. Ela é investigada por meio de sua participação e relevância em organizações internacionais, além de uma política externa que conte com o fortalecimento do ambiente doméstico – garantindo uma projeção regional e internacional mais sólida. Já por poder material, como uma classificação mais mensurável e palpável, são avaliadas informações envolvendo população absoluta, PIB, gastos militares e tamanho das forças armadas, oferecendo noções do real potencial da riqueza e das capacidades materiais do país. São reunidos dados do ano de 2017, os quais, em conjunto, são os mais recentes para análise.

O artigo então propõe, em um primeiro momento, a compreensão dos diferentes significados e definições que o conceito de poder carrega dentro da literatura estabelecida, adaptando as teorias selecionadas à divisão entre poder material e imaterial. Dado que o diálogo entre diferentes teorias é fundamental, em um segundo momento, traz-se o marco teórico-conceitual de Barnett e Duval (2005) e Shapiro (2005), autores que percebem a necessidade de mesclar os aportes teóricos, principalmente quando se trabalha com um conceito tão inextricável como o de poder. Ademais, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental de fontes estatísticas utilizadas como técnicas de pesquisa no artigo são esclarecidas nessa seção, uma vez que permitem alcançar o objetivo da metodologia de estudo de caso da Arábia Saudita.

No momento seguinte apresentam-se os dados referentes ao poder material e imaterial da Arábia Saudita, para investigar o desempenho e a relevância do país na região. Nesse sentido, são trazidas tanto questões mensuráveis como a população e o tamanho do exército, como questões imensuráveis como a importância do país para o Islã. Na quarta sessão os resultados obtidos são postos em comparação entre si, a fim de avaliar de forma crítica o posicionamento saudita no Oriente Médio. A conclusão, então, condensa as informações anteriores, demonstrando a interdependência entre poderes, e pondera sobre os principais desafios para as bases do poder material, principalmente, e imaterial da Arábia Saudita no futuro.

## II. A complexidade do conceito de poder

Poder, além de ser um conceito com diferentes interpretações e definições, é um conceito essencialmente contestado. Diferentemente de priorizar uma definição e uma abordagem teórica específica, renegando as outras formas de visualizar este conceito tão complexo, esta pesquisa propõe posicionar o poder no centro, atentando para uma gama de interpretações e significados presentes em duas importantes teorias das Relações Internacionais: o realismo e o liberalismo. A partir do debate e da mescla dessas abordagens, obtém-se um resultado rico, o qual amplia as formas como se percebe o poder e combina diferentes perspectivas (as quais contam com suas próprias distinções internas, uma vez que dispõem de vertentes distintas), não as tratando como únicas e intransponíveis.

De acordo com Guzzini (2005, p. 496) todas as definições de poder pertencem a um referencial teórico específico. Isso não significa, porém, que estes referenciais não podem ser postos em debate entre si – ainda considerando que a literatura sobre esse termo afeta imensamente a percepção do ambiente internacional, por conta da importância que o conceito carrega. Nesse sentido, esta seção almeja sintetizar os pensamentos predominantes em duas das principais correntes teóricas do campo das Relações Internacionais: o realismo e o liberalismo.

Poder geralmente é definido como uma relação de posse ou como uma relação que envolve cooperação (MEARSHEIMER, 2001, p. 43; NYE, 2004, p. 1). Tomando esta definição básica do conceito e adaptando-a para o que se propõe neste artigo, é possível perceber que a relação de posse parte de uma análise mais materialista, uma vez que diz respeito a capacidade de um indivíduo ou de um grupo em impor sua vontade ou dominar terceiros – ações que exigem capacidades materiais elevadas para garantir esse domínio. Nesse sentido, trata-se de uma relação palpável, consegue-se estimar o que se faz determinante para a posse. Já o poder como uma relação de cooperação utiliza uma percepção imaterial na medida em que considera



questões não mensuráveis para avaliar o tipo de relação estabelecida, como a influência que um ator possui sobre os demais<sup>5</sup>.

Ao observar a teoria realista, é possível perceber que há um considerável número de autores que tratam o poder como uma relação de posse (ver ARON, 2017, p. 47; MORGENTHAU, 2003, p. 49). Maquiavel (2012, p. 102), mesmo que não tenha sequer conhecido a teoria realista, é considerado um dos mestres do realismo político (GUIMARÃES, 2010, p. 39), e defende a ideia de poder como um meio para a dominação ou a imposição. Weber (2010, p. 137), teórico que também se enquadra no realismo político, ao investigar a distribuição de poder dentro de uma comunidade, segue a lógica de Maquiavel ao afirmar que o poder é a capacidade de um indivíduo ou de um grupo de impor sua vontade dentro de um relacionamento social mesmo quando há oposição de demais atores. Mantendo-se nas análises realistas das Relações Internacionais, há a visão do Realismo Clássico, que destaca o pessimismo no comportamento humano, o qual foca nos interesses próprios. Aron (2017, p. 47) e Morgenthau (2003, p. 49), ambos realistas clássicos, discutem sobre a luta pelo poder por meio da política exercida pelas nações. Para estes autores o poder é sempre o objetivo imediato dos atores – em geral, os Estados –, uma vez que é por meio dele que se consegue alcançar outros objetivos, como o de liberdade ou segurança (ARON, 2017, p. 47; MORGENTHAU, 2003, p. 49). Nesse sentido, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que visem o controle do homem sobre o homem, já que se estabelece como objetivo primário.

O poder cobre o domínio do homem pelo homem não só quando se apresenta disciplinado por desígnios morais e controlado por salvaguardas constitucionais (...), como também quando ele se converte nessa força bárbara e indomável que só consegue encontrar leis em sua própria força e justificação em seu próprio desejo de engrandecimento (MORGENTHAU, 2003, p. 18).

O Realismo Defensivo de Waltz (1979, p. 131) aprofunda a discussão sobre os elementos que compõem o poder material dos Estados. Ao tratar o poder como uma relação de dominação, o autor acredita que ele possa ser mensurado por meio de aspectos como território, população, recursos naturais, riqueza, força militar, estabilidade política e competência<sup>6</sup>. Por

---

<sup>5</sup> As definições de poder nas dimensões de posse e relação cooperativa – advindas das correntes realistas e liberais, respectivamente – são apenas duas das formas de organizar o debate em torno deste conceito. Autores como Lukes (1974, p. 15), por exemplo, adicionam uma terceira dimensão do poder baseada nas contribuições provenientes do Construtivismo e do Pós-Modernismo. Essas abordagens partem de uma investigação de determinantes do poder, enfatizando as estruturas institucionais e relacionais que restringem atores. Por conta do escopo teórico do trabalho, que envolve dimensões materiais e imateriais as quais se adaptam com as visões de poder como posse e como relação, decidiu-se enfatizar apenas nas duas teorias (realismo e liberalismo), tornando a análise mais categórica e direcionada.

<sup>6</sup> Waltz (1979, p. 131) não especifica seu entendimento sobre as variáveis propostas ou até mesmo como instrumentalizá-las. Nesse sentido, destaca-se o esforço deste trabalho em utilizar variáveis materiais claras para analisar o poder saudita.

meio desses elementos, o Realismo Defensivo acredita que os Estados empreenderiam políticas para preservar a sua segurança (WALTZ, 1979, p. 131). Mearsheimer (2001, p. 43), autor do Realismo Ofensivo, simplifica a ideia proposta por Waltz e sugere a classificação de poder material por meio do tamanho da população, da dimensão da riqueza e da grandeza das forças armadas. O autor argumenta que esses elementos são fundamentais para o poder material, uma vez que são os países ricos e populosos aqueles capazes de criar forças armadas formidáveis. Através desses elementos, o Realismo Ofensivo argumenta que os Estados agiriam para aumentar seu poder e consolidar sua segurança por meio da dominação (MEARSHEIMER, 2001, p. 43).

Ao instrumentalizar o poder material, Mearsheimer (2001) oferece categorias palpáveis para pesquisá-lo e mensurá-lo. Assim, adapta-se sua visão, operacionalizando as variáveis propostas pelo autor por meio da busca de dados relativos à população absoluta, ao PIB em preços atuais, aos gastos militares e ao tamanho das forças armadas. Ainda é importante considerar a visão realista de Lemke (2010, p. 70) em relação ao cálculo de poder de um Estado. Para ele, este cálculo deve ser relativo e focar na diferença existente em relação aos demais países; somente assim é possível alcançar conclusões sobre a dimensão do poder de um ator.

Apesar do poder material estar majoritariamente associado ao Realismo, existem outras concepções que ajudam a entender esse termo. Nye (2004, p. 1), autor neoliberal, propôs o termo de *hard power* para identificar o uso de meios militares e econômicos que podem influenciar o comportamento ou os interesses de outros atores. Nesse sentido, o *hard power* é geralmente baseado na coerção e costuma ser mais eficaz quando imposto a atores que possuem quantidades menores de poder. A ameaça ou o uso de forças armadas, pressões ou sanções econômicas e outras formas de intimidação são exemplos de *hard power*. O uso de diferentes táticas de recompensa e punição por um ator mais poderoso poderia, dessa forma, produzir os resultados desejados (NYE, 2004, p. 1).

Uma vez discutida a visão realista das Relações Internacionais e como ela se identifica com a classificação de poder material, faz-se necessário, também, classificar a visão que se adequa ao poder imaterial. Este diz respeito a uma relação cooperativa onde impera a influência dos atores sobre seus pares. Nesse sentido, a abordagem de Nye (2004, p. 1), presente na visão neoliberal das Relações Internacionais, é notória. O estudo sobre o poder imaterial surgiu, a princípio, em discussões no campo da Economia Política Internacional, posto que era neste campo em que se inseriam os debates em torno do fenômeno da interdependência. Keohane e Nye (1977), ambos neoliberais, argumentam que a interdependência econômica afeta a autonomia do Estado e fornece fontes de influência diferentes das enfatizadas pelos realistas.



Ao trazer o termo “influência”, percebe-se um distanciamento do poder que outrora imperava: o poder material, derivado das capacidades bélicas, palpáveis e mensuráveis. Surgia uma forma imensurável, porém de extrema relevância, de enxergar o poder dos Estados.

A análise liberal, de maneira geral, foca na definição de poder como a capacidade de cooptar terceiros, inseri-los em sua zona de influência. Isso faz parte daquilo que ficou definido por Nye (2004, p. 1) como *soft power*. Para o autor, a natureza do poder mudou ao longo do tempo e é necessário que os líderes atuais se preocupem com a incorporação de facetas mais suaves de poder – como a garantia de influência – nas suas estratégias. As definições dos dicionários, argumenta Nye (2004, p. 1), caracterizam poder, especificamente, como a habilidade de um ator de influenciar o comportamento de outros para obter os resultados que deseja. O autor, porém, insere a ideia de poder imaterial ao questionar a forma tradicional em influenciar outros atores, pautada na coerção e no comando, e defende que existem outras formas de exercer influência e afetar o comportamento de outros.

Um país pode obter os resultados desejados na política mundial porque outros países – admirando seus valores, imitando seu exemplo, aspirando a seu nível de prosperidade e abertura – desejam segui-lo. Nesse sentido, também é importante definir a agenda e atrair outros na política mundial, e não apenas forçá-los a mudar, ameaçando por meio da força militar ou de sanções econômicas. Esse *soft power* leva os outros a quererem os resultados que você deseja – coopta as pessoas em vez de coagi-las (NYE, 2004, p. 5, tradução nossa).

Assim, para definir o conceito de *soft power*, Nye (2004, p. 8; 14) apresenta fontes imensuráveis que integram este poder: a cultura e os valores políticos. John Ikenberry e Charles Kupchan (1990, p. 283-284), também neoliberais, apresentam um poder imaterial a partir da ideia de *soft power* de Nye que se insere na capacidade de projeção de um conjunto de normas e ideias que serão aceitas e adotadas por outros Estados<sup>7</sup>. O poder imaterial, então, é diretamente afetado pela legitimidade e pela credibilidade do Estado, na medida em que esses elementos comprometem justamente a aptidão de cooptação dele. Dessa maneira, como base para a avaliação do poder imaterial saudita, serão avaliadas a credibilidade e a legitimidade do país em aspectos históricos e religiosos, em sua participação nas Organizações Internacionais e na política externa do país.

### III. A mescla nas abordagens teóricas: o enriquecimento da produção sobre poder

---

<sup>7</sup> As análises liberais rejeitam a afirmação realista de que a política centrada no poder seja a única forma de analisar as Relações Internacionais. Nesse sentido, as pesquisas liberais costumam focar em questões como a probabilidade de democracias iniciarem guerras ou a capacidade de organizações internacionais moldarem preferências estatais (KANT, 1795, p. 117; MORAVCSIK, 1997, p. 513). Poucas análises liberais são centradas nas características do poder, motivo pelo qual decidiu-se salientar unicamente na vertente neoliberal desta teoria.

Ao analisar a discussão sobre o conceito de poder presente na literatura, nota-se que este, como um conceito extremamente complexo, não deve ser enquadrado em uma teoria específica. O aporte teórico sobre este conceito deve permanecer variado de modo a permitir que ele seja explorado em sua integralidade, com atenção às nuances envolvidas. Por esse motivo, o recorte teórico desta pesquisa envolve duas importantes teorias das Relações Internacionais, possibilitando uma maior atenção às especificidades que integram o poder saudita na análise de seu posicionamento no Oriente Médio.

Poder, como visto anteriormente, pode remeter a uma relação social em que um ator individual ou coletivo exerce comando – por meio de seus recursos materiais – com probabilidade de sucesso sobre outros atores, que podem ou não resistir (MORGENTHAU, 2003, p. 49). De acordo com Barnett e Duvall (2005), a análise de poder, entretanto, deve considerar também o aspecto institucional ou a influência de estruturas sociais no desenvolvimento de capacidades dos atores em buscar seus interesses e ideais (princípios presentes nas teorias liberal e construtivista, por exemplo).

Os estudiosos podem e devem se basear em várias conceituações de poder associadas a outras escolas teóricas. Acreditamos que essa caça furtiva e fertilização cruzada é saudável, necessária e pode, em pequena medida, ajudar os estudiosos a se afastarem da rivalidade perpétua nas guerras disciplinares dos "ismos" em direção a um diálogo entre perspectivas teóricas (BARNETT; DUVALL, 2005, p. 45, tradução nossa).

Assim, características presentes em teorias tradicionalmente utilizadas em pesquisas podem ser separadas de seus fundamentos, ressignificadas e re combinadas em uma nova análise mais completa e complexa do objeto (KATZENSTEIN; SIL, 2008, p. 2). Isso não significa que as abordagens teóricas comumente selecionadas para sustentar as pesquisas em Relações Internacionais precisam ou devem ser desmanteladas, mas que a mescla deliberada de tradições de pesquisa pode permitir o melhor uso das análises presentes em teorias convencionais. Ademais, vale a pena frisar que a ideia por trás da combinação de diferentes visões sobre o poder é intelectualmente interessante, uma vez que possibilita uma análise mais coerente da realidade que se quer investigar.

A investigação social que coloca tradições de pesquisa como concorrentes corre o risco de se limitar na explicação da realidade, de conter o avanço do conhecimento e de forçar conclusões apenas para continuar garantindo a sua existência. À vista disso, se um fenômeno é utilizado porque justifica uma teoria particular – ao invés de esclarecer um problema específico – é improvável que ele explique um contexto mais abrangente da realidade em que se insere.

“Em vez disso, será uma especificação tensa e não convincente, conduzida pelo impulso de salvar a teoria de estimação” (SHAPIRO, 2005, p. 184, tradução nossa).

Nesse sentido, é ideal começar pelo problema, pelo objeto de estudo, questionando os fatores que influenciam nele e, somente após, selecionar um aporte teórico que se encaixe na explicação e investigação. “Certamente, a percepção de quais problemas devem ser estudados pode ser influenciada pelas teorias predominantes (...). Mas a teoria não deve cegar o pesquisador para a existência independente do fenômeno em estudo” (SHAPIRO, 2005, p. 184, tradução nossa).

É por esses motivos que esta pesquisa, primeiro, escolhe a avaliação do poder da Arábia Saudita como forma de investigar o seu posicionamento na região do Oriente Médio como objeto de estudo e problemática. Nesse sentido, o conceito de poder, presente em diversas teorias de Relações Internacionais, precisa ser questionado e deliberado, sendo trazido em sua complexidade, ao invés de ser percebido com uma definição única e fixa. Isto posto, basear-se no que propõem Barnett e Duvall (2005) é extremamente relevante como aporte teórico para esta pesquisa, uma vez que permite focar no conceito de poder e nas diferentes nuances que ele carrega para uma investigação do posicionamento saudita no Oriente Médio.

Para iniciar esta empreitada, o método qualitativo da pesquisa priorizará a incorporação de elementos de interpretação textual como evidência, da análise bibliográfica e do uso de técnicas presentes na pesquisa bibliográfica – por meio do acesso às publicações que discutem sobre os temas de poder na Arábia Saudita, como uma forma de basear e integrar a presente análise nesta literatura – e na pesquisa documental de fontes estatísticas presentes em bancos de dados como o Banco Mundial, o *International Institute for Strategic Studies* (IISS) e o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). Ambas as técnicas são designadas para utilizar a metodologia de Análise de Dados no estudo de caso selecionado: a investigação do posicionamento da Arábia Saudita.

“Olhando para uma situação, qualquer pesquisador deseja saber claramente *o que* está acontecendo e *como* as coisas estão ocorrendo – e geralmente também deseja compreender e explicar de forma coerente *por que* as coisas acontecem daquela maneira” (MILES; HUBERMAN, 1994, p. 90, tradução nossa). Assim, o estudo de caso, como método para essa pesquisa, é pertinente, uma vez que permite considerar esses questionamentos, levando em consideração a importância da descrição e da explicação. Descrição, na leitura que Miles e Huberman (1994, p. 90, tradução nossa) fazem de Bernard (1988), significa "tornar compreensíveis as coisas complicadas, reduzindo-as às suas partes componentes". Já explicação significa "tornar as coisas complicadas compreensíveis, mostrando como as partes de seus

componentes se encaixam de acordo com algumas regras" – isto é, teoria (MILES; HUBERMAN, 1994, p. 90, tradução nossa). Nesse sentido, o conceito de poder, em sua complexidade, é reduzido às partes componentes – material e imaterial – que, por sua vez, são encaixadas e complementadas nas teorias realista e liberal.

#### **IV. O poder material e imaterial da Arábia Saudita**

Ao utilizar as facetas material e imaterial de poder, é necessário compreender como será operacionalizada a análise do poder saudita. Em relação ao poder material prevalece a visão de Mearsheimer (2001), visto que propõe uma forma simplificada de mensuração do poder de um Estado, baseada no tamanho do exército, da população e na riqueza do país. Adaptando essa visão às informações e dados disponíveis atualmente, operacionalizam-se estes quesitos na análise dos gastos militares, no tamanho das forças armadas, na população absoluta e no PIB da Arábia Saudita. Para tal, utilizaram-se dados de 2017, que são, em conjunto, os mais recentes disponíveis para análise. Os resultados referentes à Arábia Saudita são contrapostos com outros países do Oriente Médio que se mostram relevantes nos quesitos analisados, uma vez que, como afirma Lemke (2010, p. 70), o cálculo de poder de um Estado só é possível quando posto em comparação com outros.

No que diz respeito à população absoluta e em comparação com o restante dos países do Oriente Médio, a Arábia Saudita não apresenta uma posição de destaque. Os sauditas localizam-se apenas na sexta posição com uma população de 32 milhões de pessoas. Em contrapartida, países como o Egito e o Irã conservam dominância nesta categoria, com 97 milhões e 81 milhões de habitantes, respectivamente. Ainda em termos populacionais, destacam-se a Argélia com 41 milhões de habitantes, o Iraque com 38 milhões e o Marrocos com 35 milhões, em terceiro, quarto e quinto lugar respectivamente (BANCO MUNDIAL, 2017). Ao comparar os dados da Arábia Saudita com o restante dos países da região, nota-se que se trata de um país pouco populoso – sua população representa cerca de um terço da população do Egito e do Irã.

Por outro lado, ao partir para a análise da riqueza deste país, constata-se sua predominância. O reino saudita soma um PIB de 686 bilhões de dólares, ocupando a primeira posição nessa categoria. Ao somar todos os valores correspondentes ao PIB de cada país da região, atenta-se para o fato de que o PIB saudita corresponde a 21% deste total – o que aponta, ainda mais, para sua relevância. O segundo lugar é preenchido pelo Irã, com 454 bilhões de dólares. Os Emirados Árabes Unidos seguem na lista somando 382 bilhões de dólares no PIB

– muito por conta da sua localização no Golfo Pérsico, o que o torna um país rico em petróleo. Destaca-se ainda, na quarta posição, Israel, com o valor de 353 bilhões de dólares referentes ao PIB (BANCO MUNDIAL, 2017).

A Arábia Saudita, assim como os Emirados Árabes Unidos, localiza-se no Golfo Pérsico, fazendo com que apresente uma vantagem considerável sobre os demais países devido às rendas provenientes da exportação de petróleo. A Arábia Saudita possui cerca de 18% das reservas provadas de petróleo mundiais e atualmente é o maior exportador do mundo. A abundância desse recurso natural faz com que 95% das exportações e cerca de 70% das receitas governamentais estejam diretamente relacionadas ao petróleo (OPEP, 2019b).

No que diz respeito aos gastos militares, é possível notar que a Arábia Saudita também apresenta proeminência. Em 2017, o reino gastou 70,4 bilhões de dólares em questões militares, representando surpreendentes 48,9% dos gastos militares totais da região. Esse resultado se torna ainda mais impressionante quando comparado com outros países, também potências militares da região. Israel, com parceria estadunidense e com papel estrutural nas guerras árabe-israelenses, desembolsou cerca de 15,6 bilhões de dólares no campo militar – quase um quinto do valor gasto pelo reino saudita. Já o Irã destinou 13,9 bilhões de dólares neste quesito, cerca de 9,7% do total dispendido na região e pouco mais de um quinto do que a Arábia Saudita investiu nesse quesito (SIPRI, 2017). Cordesman (1999, p. 54) aponta que grande parte do gasto militar saudita é direcionado ao desenvolvimento de uma força aérea e uma marinha amplas e altamente capacitadas, fato confirmado pelo IISS (2014, p. 341), o qual assinala que a Arábia Saudita é o país com a força armada mais bem equipada da região. O acesso aos equipamentos necessários é providenciado por países como Estados Unidos, Reino Unido e França, com os quais os sauditas almejam ter boas relações diplomáticas (IISS, 2014, p. 341).

Mesmo com gastos militares de relevância, o tamanho das forças armadas sauditas não é tão impressionante. Os sauditas se localizam em quarto lugar com um efetivo militar de 252 mil pessoas. Apesar de uma colocação interessante – próxima ao pódio –, quando comparado com outros países da região, percebe-se que a quantidade não tem tanto destaque. O Egito lidera essa categoria com um efetivo de 836 mil militares, cerca três vezes o tamanho das forças armadas sauditas – somando 25% do total de militares da região. Os egípcios são seguidos pelo Irã com 563 mil pessoas, correspondendo, ainda, a mais de duas vezes o tamanho das forças armadas da Arábia Saudita. À frente deste país ainda se encontra a Argélia com 317 mil pessoas nas forças armadas (BANCO MUNDIAL, 2017). Apesar do grande investimento militar visto anteriormente a Arábia Saudita não possui uma quantidade considerável de sua população

conscrita. Tal fato pode ser explicado pelo modesto número de sua população quando comparado ao de países como Egito e Irã.

Há uma outra face do poder que este estudo analisa na Arábia Saudita: o poder imaterial. Para tal, é necessário considerar o poder como a habilidade de cooptação de aliados. Analisar o poder imaterial de um país é uma tarefa árdua, porque se trata de um aspecto imensurável e que depende da subjetividade na avaliação das variáveis que podem interferir na influência que o Estado mantém em sua região. Ao mesmo tempo, porém, é uma iniciativa essencial, uma vez que se opõe ao conceito de poder material e revela outras possibilidades de investigação que podem explicar situações em que a teoria realista, talvez, tenha limitações.

Dessa forma, este artigo utiliza as variáveis legitimidade e credibilidade, baseando-se tanto no conceito de *soft power* de Nye (2004) quanto na visão de poder imaterial proposta por Ikenberry e Kupchan (1990). Estas variáveis são selecionadas porque compõem fatores de relevância na influência que um Estado possui internacionalmente. Para este trabalho a legitimidade se refere à convicção de que as instituições existentes são as mais apropriadas para a sociedade (LIPSET, 1960, p. 77; NIBLOCK, 2006, p. 8). Parte considerável da legitimidade saudita está relacionada a aspectos tradicionais e religiosos. A família Al-Saud controla territórios da Arábia Saudita há cerca de trezentos anos, tendo a autoridade sobre as cidades sagradas para o Islã. Isso se torna ainda mais relevante quando se destaca o *wahabismo* islâmico da Arábia Saudita<sup>8</sup>, ou seja, a perspectiva religiosa sunita defendida pelo reino. De acordo com Sunayama (2007, p. 14), a Arábia Saudita sempre se percebeu como sendo a legítima guardiã do sunismo e de seus lugares sagrados.

A legitimidade tradicional da Arábia Saudita acompanha o reino desde sua formação e está baseada no controle histórico de partes do território saudita pela família real. Ao longo do tempo, a Arábia Saudita “permaneceu essencialmente fiel às suas raízes contextuais, preservando seu caráter religioso e sua tradição tribal-familiar em um esforço para manter o *status quo*” (FAKSH, 1997, p. 89, tradução nossa). Essa fidelidade a sua herança familiar é perceptível na persistência para formar o Estado saudita que se conhece hoje – o terceiro nas tentativas de unificação dos reinos que se encontravam na região.

---

<sup>8</sup> “Wahabismo geralmente se refere a um movimento sunita islâmico que busca purificar o islamismo de quaisquer inovações ou práticas que se desviem dos ensinamentos do século VII do profeta Maomé e seus companheiros. No Ocidente, o termo tem sido usado principalmente para denotar a forma de islamismo sunita praticada na Arábia Saudita e que se espalhou recentemente para várias partes do mundo. Na maioria das nações predominantemente muçulmanas, no entanto, os praticantes que aderem a esta crença preferem chamar-se (...) salafistas. (...)” (BLANCHARD, 2007, p. 1, tradução nossa).

O primeiro Estado saudita se estabeleceu em 1744, tendo como figura relevante do episódio o príncipe Muhammad ibn Saud, considerado o fundador da Arábia Saudita (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017). Tratou-se de um Estado marcado pelo *wahabismo* desde o princípio, uma vez que foi formado através da aliança entre a família real e o Sheikh Muhammad ibn Abd al-Wahhab, um missionário que apoiava a missão Wahhabi, ou seja, defendia a ideia de unidade do povo muçulmano (*tawhid*) e de uma fé pura, com base no Alcorão (BUNZEL, 2016, n.p.). Era um Estado que estabelecia o califado que, de acordo com Al-Mawardi (1996, p. xiv), seria a forma ideal de governo para implementar as regras da lei islâmica, uma vez que oferecia uma liderança justa da sociedade muçulmana de acordo com a vontade de Deus (KENNEDY, 2016, p. 1). Ademais, tinha um líder, o califa (*khilāfah*), “o mensageiro de Deus” (AL-MAWARDI, 1996, p. 16, tradução nossa), um homem com poderes mundanos, mas que era considerado o chefe da comunidade muçulmana (*umma*) (KENNEDY, 2016, p.1). Este Estado foi destruído em 1818 pelos otomanos – que queriam manter o controle dos locais sagrados para o Islã em Meca e Medina.

O segundo Estado saudita, estabelecido em 1824 e dissolvido em 1891 (por conta de um desentendimento entre príncipes herdeiros), seguiu esse mesmo padrão de controle territorial, focado em uma aliança entre a família real e a religião – sunita (FAKSH, 1997, p. 89-103). Cerca de trezentos anos de controle territorial de partes da Arábia Saudita proporcionam considerável legitimidade à família real saudita. Nesse processo de conquistas Ibn Saud anexou em 1925 o Reino de Hejaz, incorporando cidades importantes para o Islã como Meca, Medina e Jidá. O terceiro Estado saudita foi formado em 1932 por meio da anexação de diversas tribos da região e é o atual – e estabelecido – Reino da Arábia Saudita, que dá fim ao processo de expansão territorial (HALLIDAY, 2005, p. 81-82). Para muitos estudiosos e defensores do califado, o terceiro – e atual – Estado saudita, por marcar o fim da expansão e da luta para a transformação da sociedade muçulmana, de maneira geral, é considerado uma traição (BUNZEL, 2016, n.p.).

A relevância da anexação do Reino de Hejaz, em 1925, se dá por conta da importância de Meca e Medina para a religião islâmica. Meca, o ponto de referência (*qiblah*) nas cinco orações muçulmanas diárias (*salat*), concentra também a Grande Mesquita de Meca (*Masjid al-Haram*), sagrada para o Islã. Medina, por sua vez, dispõe do túmulo de Maomé e da Mesquita do Profeta (*Masjid an-Nabawi*) (FARSY, 1992, p. 29). Devido à importância histórica e religiosa desses locais, pelo menos uma vez na vida os muçulmanos com condições financeiras devem visitá-los. Assim, cerca de dois milhões de peregrinos vão para a Arábia Saudita



anualmente, almejando refazer a trajetória de Maomé, o profeta muçulmano (NIGOSIAN, 2004, p. 111).

O controle saudita das duas principais cidades do Islã proporciona ao país legitimidade considerável na região. A Arábia Saudita utiliza o controle de Meca e Medina para influenciar e cooptar os demais países muçulmanos. Isso se torna tangível quando se percebe que a Arábia Saudita criou um sistema de quotas para controlar a quantidade de cidadãos de países com religião muçulmana para a visita de Meca e Medina. O argumento saudita é de que essas medidas visam adequar o número de visitantes, uma vez que os locais são sagrados e devem ser preservados; porém tais medidas podem ser manipuladas para fins políticos (ALTORAIFI, 2012, p. 120; NIBLOCK, 2006, p. 8).

Em algumas ocasiões a Arábia Saudita já limitou o número de peregrinos autorizados a visitar Meca e Medina, principalmente quando o país alvo é o Irã – outro país da região que tem uma reivindicação religiosa muito grande, uma vez que se trata de uma República Islâmica xiita. A Arábia Saudita, uma monarquia sunita, possui divergências significativas com o governo iraniano em questões religiosas<sup>9</sup>. Os países muçulmanos possuem uma quota de 1.000 peregrinos por milhão de habitantes. O Irã, por sua vez, teve esse número reduzido após algumas declarações polêmicas durante a década de 1980 insinuando que o período de peregrinação (*hajj*) deveria ser conduzido por todos os países muçulmanos ao invés dos sauditas (AMIRI et al, 2011, p. 683). A Arábia Saudita utiliza esse controle, além de repreender veementemente as críticas de outros países muçulmanos, como forma de garantir sua legitimidade como representante do Islã no mundo (SUNAYAMA, 2007, p. 14; HALLIDAY, 2005, p. 65), recompensando ou punindo países muçulmanos por meio deste sistema de quotas.

Como uma grande defensora e “guardiã” do islamismo, a Arábia Saudita permanece um dos poucos países da região que utiliza a religião para aumentar sua influência regional (NOBLE, 2008, p. 105; KORANY; DESSOUKI, 2008, p. 358). Além da criação do sistema de quotas, o reino saudita também operacionaliza seu poder imaterial por meio do financiamento de atores não estatais, como movimentos políticos e religiosos, com o objetivo de aumentar a sua influência e credibilidade. Os sauditas já financiaram grupos islâmicos como, por exemplo,

---

<sup>9</sup> O Irã critica constantemente a gestão saudita das duas cidades sagradas do Islã. Em 2015, por exemplo, o aiatolá Ali Khamenei criticou a morte de iranianos durante a peregrinação aos locais sagrados, evidenciando falhas no papel saudita de protetor dos peregrinos (ATASSI, 2015). Essas acusações atingem as bases da legitimidade estatal saudita na medida em que enfraquecem as reivindicações islâmicas do país.

o Talibã e a Al-Qaeda e, no conflito sírio iniciado em 2011, foram acusados de patrocinar até mesmo grupos radicais como o Jabhat al-Nusra<sup>10</sup> (AL-RASHEED, 2010, p. 233).

A credibilidade saudita também está relacionada à expectativa de que o país mantenha seus compromissos diplomáticos (GUISINGER; SMITH, 2002, p. 177) e é medida através da participação em organizações regionais e internacionais e de sua política externa. A participação em organizações proporciona maior credibilidade para os sauditas na medida em que permite a representação de seus valores e interesses, bem como a atração de outros na política mundial. Regionalmente, a Arábia Saudita participa da Liga Árabe e do CCG. Ambas visam a aproximação de países árabes e a cooperação em assuntos de interesse comum como questões políticas, econômicas e financeiras (LIGA ÁRABE, 1945; CCG, 1981). Internacionalmente, a Arábia Saudita participa de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a OPEP, a Liga Islâmica Mundial, a Organização da Conferência Islâmica (OCI), o Banco Islâmico de Desenvolvimento e, evidentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os sauditas enfatizam, principalmente, a sua participação em organizações que promovem o comércio e a discussão de questões econômicas. Nesse sentido, atuam fortemente na OPEP para garantir o fornecimento internacional de petróleo (FERABOLLI, 2009, p. 137). A participação nessa organização proporciona a conciliação dos interesses dos produtores e dos consumidores de petróleo, bem como a proteção da economia global de variações extremas do preço do petróleo (HINNEBUSCH, 2003, p. 41). Da mesma forma, os sauditas atuam fortemente na Liga Islâmica Mundial, na OCI e no Banco Islâmico de Desenvolvimento. O reino saudita é, por exemplo, o principal acionista neste banco, participando com cerca de 30% do orçamento da instituição, que tem como objetivo proporcionar empréstimos a países islâmicos almejando o desenvolvimento econômico (BANCO ISLÂMICO DE DESENVOLVIMENTO, 2005).

Ao considerar as ajudas financeiras nos organismos ou fundos nacionais e internacionais, é possível perceber que, de maneira geral, a ajuda financeira regional no Oriente Médio tem uma grande relação com a etnia árabe ou com a religião islâmica. Estima-se que a parcela de ajuda vinda de doadores árabes recebida por países islâmicos tem uma tendência de ser 118% maior do que aqueles não islâmicos. Já na questão da etnia, países árabes recebem

---

<sup>10</sup> O Jabhat al-Nusra é um grupo radical islâmico, considerado por países envolvidas na guerra da Síria como um grupo terrorista. Como parte de uma tentativa de se dissociar da Al-Qaeda, de onde surgiu, foi renomeado Hayat Tahrir al-Sham (HTS) – depois de subsumir outros grupos em janeiro de 2017 (KEEN, 2017, p. 2; ZAMBELIS, 2013, p. 10).

auxílio 2200% maior do que não árabes (NEUMAYER, 2003, p. 142). Nesse sentido, a Arábia Saudita utiliza da sua participação em fundos regionais, como o *Arab Gulf Programme for United Nations Development* (AGFUND), um fundo formado pelos países do Golfo; o *Arab Monetary Fund* (AMF), formado por todos os países árabes; e, inclusive, um fundo nacional, o *Saudi Fund for Development* (SFD), como um mecanismo de assistências financeiras ao desenvolvimento que, por consequência, aumentam sua credibilidade regional.

Outra forma de perceber a movimentação saudita para angariar maior credibilidade na região se dá através da sua participação e liderança nas organizações, principalmente, regionais. Kamrava (2012, p. 96) argumenta que a Primavera Árabe fomentou duas tendências perceptíveis no mundo árabe:

Primeiro, a Arábia Saudita procurou reafirmar sua posição de proeminência e liderança dentro do CCG. Na verdade, o reino se posicionou como o principal arquiteto de uma contrarrevolução para conter, e talvez até mesmo reverter, a Primavera Árabe tanto quanto possível. Em segundo lugar, e uma consequência do primeiro desenvolvimento, é a tentativa do CCG de solidificar sua identidade e mandato por meio da inclusão de monarquias sunitas adicionais – Marrocos e Jordânia – como um contrapeso, se não um substituto, para a Liga Árabe (KAMRAVA, 2012, p. 96, tradução nossa).

Ademais, o que permite uma maior credibilidade regional resulta de uma política externa eficaz. Para Al-Tamamy (2012, p. 154, tradução nossa), a política externa eficaz na Arábia Saudita “requer a continuação das reformas internas que visam a educação, aprimoram o estado de direito, assimilam as minorias em uma estrutura nacional abrangente e aumentam o número e o papel das instituições eleitas”. O autor comenta que isso se dá porque os ambientes sauditas doméstico, regionais e internacionais são interdependentes, então a estabilidade, a segurança e o bem-estar social garantidos internamente, auxiliam em um posicionamento mais sólido regionalmente – trazendo maior credibilidade ao reino. Assim, Al-Tamamy (2012, p. 154, tradução nossa) afirma que “essas reformas ajudarão a consolidar a estabilidade interna e aumentar a imunidade do ambiente interno aos choques originados no ambiente regional, por um lado, enquanto, por outro, aumentam a credibilidade e o peso das iniciativas de política externa saudita”.

## V. O posicionamento saudita no Oriente Médio

Analisar o poder de um país, de modo a investigar o seu posicionamento perante seus pares, não é uma atividade fácil. Isso se dá, primeiramente, por conta da dificuldade relacionada à definição do conceito de poder. Ao entender que este conceito diz respeito a uma miríade de possibilidades que envolvem a ação de um ator em exercer comando por meio da coerção e da

dissuasão ou, também, por meio da aquiescência e do consenso voluntário; além da possibilidade de exercer influência ou exemplo para outros atores, é possível dar início a esta empreitada. Buscou-se, neste artigo, tratar o conceito de poder de forma abrangente, trazendo duas abordagens: a de poder material e a de poder imaterial. Fundamentar-se nestes dois conceitos de poder – que contemplam, ainda, outras perspectivas e variáveis – para investigar o posicionamento saudita perante seus pares pode, de fato, não ser uma tarefa fácil, mas se trata de uma ferramenta de análise interessante, que permite desmembrar aspectos relevantes na construção do contexto e posicionamento deste país.

Ao observar as variáveis que fazem parte da construção de cada uma das definições de poder, torna-se possível avaliá-las em conjunto e buscar um entendimento para o posicionamento saudita na região, como um país de relevância – mesmo levando em consideração relações tensas com países como o Irã. A busca por uma posição de proeminência na região se dá a fim de garantir um equilíbrio de forças que penda para o lado saudita. Dessa forma, o reino saudita consegue impor com mais facilidade seus desejos e pode influenciar nas dinâmicas regionais<sup>11</sup>.

Colocando os achados de poder material em destaque, *a priori*, pode-se hesitar sobre a ideia de uma posição saudita de proeminência na região. Isso se dá porque o país não garante a melhor posição quando se analisa o tamanho da população absoluta e o tamanho de suas forças armadas. De fato, a questão populacional na Arábia Saudita – e no Golfo de maneira geral – chama atenção. Uma região que, inicialmente, era separada em diversos reinos, não desenvolveu com tamanha intensidade o aumento populacional. Por esse motivo, torna-se essencial considerar os demais elementos de poder material, visto que a proeminência de apenas um quesito, tal como a população, não garante maior ou menor poder em relação aos demais países da região.

Isso mostra que é através da soma dos fatores que envolvem o poder material que se chega a um resultado de relevância. A Arábia Saudita é um território rico em petróleo, o que levou ao desenvolvimento de indústrias especializadas, atraindo mão de obra estrangeira – uma vez que a população interna não atenderia a todas as vagas. Esse fluxo se tornou imprescindível ao longo do tempo e iniciou uma mudança interna na Arábia Saudita que não se previa. Em

---

<sup>11</sup> Como acontece no caso do envolvimento saudita nos conflitos no Iêmen e na Síria, onde a Arábia Saudita tem participação significativa. Na Síria, a Arábia Saudita foi uma das primeiras nações a romper relações diplomáticas com a Síria, logo em 2011, além de se tornar líder do movimento contrarrevolucionário (KAMRAVA, 2012, p. 101). No caso do Iêmen, a Arábia Saudita também tem protagonismo na negociação com o presidente Saleh no início da guerra além de perceber o grupo rebelde – os Houthis – como um grupo terrorista (CLAUSEN, 2015, p. 20).

2017, 37% da população residente na Arábia Saudita não era nacional deste país (GULF RESEARCH CENTER; EUROPEAN UNIVERSITY INSTITUTE, 2018, p. 8). Essa situação influencia fortemente no tamanho das forças armadas sauditas, uma vez que o serviço militar no país não é obrigatório e impõe a aplicação apenas de nacionais (ESTADOS UNIDOS, 2019). Por esse motivo compreende-se a participação sutil do país nesse quesito – estando apenas na quarta posição em comparação com outros países da região.

Isso não significa, porém, que em termos de poder material a Arábia Saudita não apresente bons resultados. Os outros quesitos que definem as capacidades materiais sauditas contornam a situação. Com 686 bilhões de dólares em PIB e um gasto de 70,4 bilhões de dólares para a questão militar, no ano de 2017, a Arábia Saudita não somente garante a primeira posição nas análises, como, por conta da considerável diferença com a qual se separa dos outros países da região, compensa o fato de não estar no pódio nas categorias anteriores (BANCO MUNDIAL, 2017; SIPRI, 2017).

Já levando em consideração o poder imaterial percebe-se uma maior dificuldade na mensuração e investigação, por conta da subjetividade com a qual estão envolvidos os quesitos que o contemplam. Mesmo assim, definiu-se a legitimidade e a credibilidade da Arábia Saudita como os quesitos que permitem influência saudita sobre seus pares – o que leva ao controle deles por meios cooperativos.

Nesse sentido, há, certamente, preponderância da Arábia Saudita, uma vez que se trata de um país que assegura as cidades sagradas para a religião islã – e, com isso, controla a entrada de cidadãos estrangeiros por meio de um sistema de quotas. Na religião islâmica a peregrinação a Meca e Medina é fundamental para aqueles seguidores que têm capacidades financeiras. O reino saudita, porém, usa o domínio dessas cidades como uma forma de exercer sua influência em outros países, além de reforçar o seu papel como o legítimo guardião do islamismo (SUNAYAMA, 2007, p. 14) – ou, de maneira mais restrita, do sunismo, de forma a se colocar em contraponto à república xiita do Irã.

A legitimidade saudita está muito atrelada a questões religiosas e históricas, uma vez que se mostra entrelaçada à família real que reina o país desde o estabelecimento do primeiro Estado – um Estado que respeitava às leis do califado. O califado é de tamanha relevância para a história da Arábia Saudita – e até mesmo para a história muçulmana, de maneira geral –, porque invoca não somente as leis políticas para o exercício do poder, como também as leis religiosas – aquelas que dizem respeito a assuntos “do outro mundo” (KHALDÛN, 2005, p. 155, tradução nossa).

A autoridade para fazer isso era possuída pelos representantes da lei religiosa, os profetas; depois, por aqueles que ocuparam seus lugares, os califas (...) Assim, (o califado) na realidade é um substituto de Maomé, na medida em que serve, como ele, para proteger a religião e exercer a liderança do mundo (KHALDÛN, 2005, p. 155, tradução nossa).

Trazer o tema de califado e califa para a discussão sobre a legitimidade saudita na atualidade é importante, porque se trata de um tema sempre em vigência – não importa quão antiga é a origem do debate. Ademais, mesmo que, ao se somar a legitimidade saudita à credibilidade (para medir o poder imaterial), se perceba um papel saudita mais ativo nos diversos organismos regionais e internacionais – principalmente as comerciais –, ajudando financeiramente seus vizinhos, e trazendo reformas internas que podem ser consideradas pelos defensores do califado como muito chocantes, com o príncipe herdeiro Mohammad Bin Salman, a discussão sobre o califado se torna mais atual do que nunca.

Isso se dá, principalmente, porque Mohammad Bin Salman, ou MBS, é considerado um grande estrategista. Muitas promessas de reformas econômicas e sociais foram cumpridas. Inclusive, parte dessas mudanças – especialmente as sociais – são vistas como fonte de credibilidade para o país – como as mencionadas anteriormente, focadas na educação, nas minorias e, até mesmo, nas população feminina (AL-TAMAMY, 2012, p. 154; ULRICHSEN; SHELINE, 2019, p. 5). O que se percebe, porém, é que se tratam de reformas estratégicas, que fazem parte de um balanceamento do príncipe herdeiro, o qual aceita demandas de mudança social ao mesmo tempo em que luta para que o reino não perca sua identidade – que está intensamente conectada com a religião islâmica, ou, mais especificamente, wahabista.

De fato, percebe-se que instituições religiosas de relevância – como o Conselho de Estudiosos Seniores, onde muitos líderes religiosos são descendentes do Sheikh Muhammad ibn Abd al-Wahhab – mantém-se influentes e apoiadoras de MBS, que, em contrapartida, reforça essa parceria de longa data. Ulrichsen e Sheline (2019, p. 6) veem as reformas do príncipe herdeiro como simbólicas para que se continue atraindo investimento externo para o país e apontam para autores que acreditam que “a falta de uma reforma religiosa significativa não se deve a uma falta de compromisso por parte do príncipe herdeiro, mas sim à natureza profundamente conservadora do Islã Wahhabi” (ULRICHSEN; SHELINE, 2019, p. 6, tradução nossa).

Nesse sentido, percebe-se que há um apoio religioso – tradicional Wahhabi – interno à Mohammad bin Salman. Tomando as rédeas do poder, “disposto a enfrentar os rivais domésticos, usando o poder coercitivo de forma mais agressiva do que os líderes sauditas anteriores” (ULRICHSEN; SHELINE, 2019, p. 6, tradução nossa), o que pode levar o MBS a

manipular os poderes material e imaterial da forma que lhe convier, mostrando possuir, cada vez mais, as características de um califa – o que pode agradar alguns defensores dessa forma de governo.

## VI. Considerações finais

Com base na pesquisa sobre como os poderes material e imaterial se organizam na Arábia Saudita, permanece um questionamento: há sobressalência de algum destes poderes? Evidentemente, o posicionamento da Arábia Saudita depende da mescla entre ambos os poderes, mas é possível dizer que há a predominância de um deles? O que se pode perceber da conjuntura do Oriente Médio é que, mesmo com a presença de outras potências na região – muitas vezes rivais da Arábia Saudita – o país ainda se mantém em um posto de relevância, trêmulo, mas constante. Isso acontece por conta da combinação de ambos os poderes os quais, oferecendo suporte um para o outro, propiciam à Arábia Saudita o *status* de potência na região. Nesse sentido, percebe-se que não há sobressalência de nenhuma forma de poder; a soma e a complementariedade de ambas é fundamental para o seu posicionamento no Oriente Médio.

Naturalmente, a manutenção e conservação da legitimidade (que acompanha o país há muitos anos, baseando-se na família real, na religião, e, em alguns aspectos, no vínculo que a formação do reino tem com o califado) e da credibilidade (conquistada através das ajudas financeiras, de um posicionamento mais firme nos organismos internacionais e das reformas internas) da Arábia Saudita não seriam possíveis sem que houvesse o poder material – em especial, a riqueza saudita – oferecendo sustentação para que o reino saudita goze de mais estabilidade. Com efeito, o fato de a Arábia Saudita dispor de uma vasta quantidade de recursos – tanto o petróleo quanto em termos financeiros – é o que torna a manipulação do poder imaterial mais simples e direta.

Da mesma forma, pode-se seguir essa lógica e compreender que sem a busca pelo reconhecimento internacional, sem a auto percepção saudita como a guardiã da religião islâmica e o reforço da ideologia do califado a partir da liderança do MBS, sem o posicionamento mais firme nos organismos internacionais e sem a ajuda financeira oferecida a países vizinhos como forma de aumentar sua credibilidade, o poder material não seria suficiente para sustentar o posicionamento saudita na região. Não bastaria ao reino possuir o recurso financeiro e não utilizá-lo na afirmação do seu poder imaterial.

Entretanto, deve-se atentar para o seguinte: os recursos materiais sauditas são finitos. Al-Rasheed (2010, p. 211) afirma que um dos principais desafios para a Arábia Saudita é



diversificar sua economia, extremamente dependente do petróleo, uma vez que se trata de um recurso finito e cujos preços variam intensamente na economia internacional. Nesse sentido, é necessário pensar no futuro saudita na região, seja ele figurando o país ainda como uma potência regional – garantido por meio de outros recursos, que não o petróleo, por exemplo – ou um, menos desejado, em que a Arábia Saudita cederá seu lugar para outro país da região.

## VII. Referências

AHMADIAN, H. Iran and Saudi Arabia in the age of Trump. **Survival**, v. 60, n. 2, p. 133-150, mar. 2018.

AL-MAWARDI. **The ordinances of government**. Reading: Garnet Publishing Limited, 1996.

AL-RASHEED, Madawi. **A history of Saudi Arabia**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

AL-TAMAMY, S. M. Saudi Arabia and the Arab Spring: opportunities and challenges of security. **Journal Of Arabian Studies**, v. 2, n. 2, p. 143-156, dez. 2012.

ALTORAIFI, Adel. **Understanding the role of state identity in foreign policy decision-making: the rise and demise of Saudi-Iranian rapprochement (1997-2009)**. Londres: LSE, 2012.

AMIRI, R. E.; SAMSU, K. H. B. K.; FERREIDOUNI, H. G. The Hajj and Iran's foreign policy towards Saudi Arabia. **Journal of Asian and African Studies**, v. 46, n. 6, p. 678-690, out. 2011.

ARON, Raymond. **Peace and war: a theory of International Relations**. Nova York: Routledge, 2017.

ATASSI, B. **The Human Cost of the Hajj Stamped**. 2015. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2015/09/26/the-human-cost-of-the-hajj-stamped>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BANCO ISLÂMICO DE DESENVOLVIMENTO. **IDB Group in Brief**. 2005. Disponível em: <[https://www.isdb.org/sites/default/files/media/documents/2018-12/IDB\\_In\\_Brief\\_1426H.pdf](https://www.isdb.org/sites/default/files/media/documents/2018-12/IDB_In_Brief_1426H.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2019.

BANCO MUNDIAL. **DataBank**. 2017. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/databases>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BARNETT, M.; DUVALL, R. Power in International Politics. **International Organization**, v. 59, n. 1, p. 39-75, 2005.

BERNARD, H. Russell. **Research methods in cultural anthropology**. Newbury Park: SAGE Publications, Inc, 1988.

BLANCHARD, Christopher M.. **The Islamic traditions of Wahhabism and Salafiyya**. 2007. Disponível em:

<<https://www.investigativeproject.org/documents/testimony/47.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BUNZEL, Cole. **The Kingdom and the Caliphate: Duel of the Islamic States**. 2016.

Disponível em:

<[https://carnegieendowment.org/files/CP\\_265\\_Bunzel\\_Islamic\\_States\\_Final.pdf](https://carnegieendowment.org/files/CP_265_Bunzel_Islamic_States_Final.pdf)>. Acesso em 18 set. 2020.

BUZAN, Barry.; WEAVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CLAUSEN, Maria-Louise. Understanding the crisis in Yemen: evaluating competing narratives. **The International Spectator**, [s.l.], v. 50, n. 3, p. 16-29, set. 2015.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO (CCG). **Charter of the Gulf Cooperation Council**. 1981. Disponível em: <[https://www.files.ethz.ch/isn/125347/1426\\_GCC.pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/125347/1426_GCC.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CORDESMAN, A. H. **The military balance in the Middle East: an executive summary**. La Jolla: Institute on Global Conflict and Cooperation, Policy Paper, 1999.

ESTADOS UNIDOS. Central Intelligence Agency. **The World Factbook**. 2019. Disponível em: Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/sa.html>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

FAKSH, Mahmud A.. **The future of Islam in the Middle East: fundamentalism in Egypt, Algeria, and Saudi Arabia**. Santa Barbara: Praeger, 1997.

FARSY, Fouad. **Modernity and tradition: the Saudi equation**. Claremont: Knight Communications, 1992.

FERABOLLI, Silvia R.. **Relações internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista**. Curitiba: Juruá, 2009.

FÜRTIG, Henner. (ed.). **Regional powers in the Middle East: new constellations after the Arab revolts**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2014.

GUIMARÃES, C. Maquiavel e Max Weber: ética e realismo político. **Argumentos: Revista de Filosofia**, v. 2, n. 4, p. 38-45, 2010.

GUISINGER, A.; SMITH, A. Honest threats: the interaction of reputation and political institutions in international crises. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 46, n. 2, p. 175-200, abr. 2002.

GULF RESEARCH CENTER (GRC); EUROPEAN UNIVERSITY INSTITUTE (EUI). **Demography, migration and labour market in Saudi Arabia**. 2018. Disponível em: <[http://gulfmigration.org/media/pubs/exno/GLMM\\_EN\\_2018\\_05.pdf](http://gulfmigration.org/media/pubs/exno/GLMM_EN_2018_05.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2019.

GUZZINI, S. The concept of power: a constructivist analysis. **Millenium**, Londres, v. 33, n. 3, p. 495-522, jun. 2005.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in international relations: power, politics and ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HINNEBUSCH, Raymond. A. **The international politics of the Middle East**. Manchester: Manchester University Press, 2003.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The military balance**. 2014. Londres: International Institute for Strategic Studies, 2014.

IKENBERRY, G. John; KUPCHAN, Charles A.. Socialization and hegemonic power. **International Organization**, [s.l.], v. 44, n. 3, p. 283-315, 1990.

KAMRAVA, M. The Arab Spring and the Saudi-Led Counterrevolution. **Orbis**, v. 56, n. 1, p.96-104, jan. 2012.

KANT, Immanuel. **Perpetual peace: a philosophical essay**. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1795.

KATZENSTEIN, P.; SIL, R. Eclectic Theorizing in the Study and Practice of International Relations. In: REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. (Ed.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Nova York: Oxford University Press, 2008. p. 109-130.

KEEN, D. **Syria: Playing into Their Hands**. 2017. Disponível em: <<https://www.saferworld.org.uk/resources/publications/1141-syria-playing-into-their-hands>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

KENNEDY, Hugh. **Caliphate: the history of an idea**. Nova York: Basic Book, 2016.

KEOHANE, Robert.; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Boston: Little Brown, 1977.

KHALDŪN, Ibn. **The Muqaddimah: an introduction to history**. Princeton: Princeton University Press, 2005

KORANY, B.; DESSOUKI, A. E. H. **The foreign policies of Arab states: the challenge of globalization**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2008.

LEMKE, D. Dimensions of hard power: regional leadership and material capabilities. In: FLEMES, D. (Org.). **Regional leadership in the global system**. Aldershot: Ashgate, 2010.

LIGA ÁRABE. **Pact of the League of Arab States**. 1945. Disponível em: <[https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/arableag.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/arableag.asp)>. Acesso em: 12 mai. 2019.

LIPSET, Seymour M.. **Political man**. Nova York: Doubleday, 1960.

LUKES, Steven. **Power: a radical view**. Londres: Macmillan, 1974.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. Nova York: W.W. Norton & Company, 2001.

MILES, Matthew. B.; HUBERMAN, Michael. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook**. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc, 1994.

Ministry of Foreign Affairs. **History of the Kingdom**. 2017. Disponível em: <https://www.mofa.gov.sa/sites/mofaen/aboutKingDom/Pages/CountryDevelopment36143.aspx>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MORAVCSIK, A. Taking Preferences Seriously: a liberal theory of international politics. **International Organization**, v. 51, n. 4, p. 513-53, 1997.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NEUMAYER, E. What factors determine the allocation of aid by Arab countries and multilateral agencies? **Journal Of Development Studies**, v. 39, n. 4, p. 134-147, abr. 2003.

NIBLOCK, Tim. **Saudi Arabia: Power, Legitimacy and Survival**. Nova York: Routledge, 2006.

NIGOSIAN, Solomon A. **Islam: its history, teaching and practices**. Indiana: Indiana University Press, 2004.

NOBLE, P. From Arab system to Middle Eastern system?: regional pressures and constraints. In: KORANY, B.; DESSOUKI, A. E. H. (Org.). **The foreign policies of Arab states: the challenge of globalization**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2008.

NYE, Joseph. S. **Soft power: the means to success in world politics**. Nova York: Public Affairs, 2004.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP). **OPEC Annual Statistical Bulletin**. 2019a. Disponível em: <[https://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/ASB\\_2019.pdf](https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB_2019.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP). **Brief History**. 2019b. Disponível em: <[https://www.opec.org/opec\\_web/en/about\\_us/24.htm](https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SHAPIRO, Ian. **The flight from reality in human sciences**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2005.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **SIPRI Military expenditure database**. 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 15 mai 2019.

SUNAYAMA, Sonoko. **Syria and Saudi Arabia: collaboration and conflicts in the oil era.** Londres: I.B. Tauris, 2007.

ULRICHSEN, Kristian Coates; SHELINE, Annelie R.. **Mohammed bin Salman and religious authority and reform in Saudi Arabia.** Rice University's Baker Institute For Public Policy, 2019. Disponível em: <https://www.bakerinstitute.org/media/files/files/516a1378/bi-report-092319-cme-mbs-saudi.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics.** Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEBER, M. The distribution of power within the community: classes, stände, parties. **SAGE Journals**, Nova York, v. 10, n. 2, p. 137-152, abr. 2010.

ZAMBELIS, C. Royal rivalry in the Levant: Saudi Arabia and Qatar duel over Syria. **Terrorism Monitor: In-Depth Analysis of the War on Terror**, v. 11, n. 16, p. 9-12, ago. 2013.

Recebido em: janeiro/2020.

Aprovado em: novembro/2020.